



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 004/2009/GAB/SEMFAZ

Dispõe sobre os procedimentos necessários para a formalização, padronização e tramitação dos processos de licenciamento de obras.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas conforme a LC 330 de 02 de Janeiro de 2009, LC 199 de 21 de Dezembro de 2004, particularmente as que lhe confere o disposto no Decreto nº. 10.089, de 19 de setembro de 2005 art. 3º XIII e XIV;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecer e uniformizar as exigências administrativas quanto à documentação hábil à comprovação da qualificação do interessado nos procedimentos administrativos do exercício do poder de polícia relativo ao procedimento de licenciamento de obras,

CONSIDERANDO, que compete ao Departamento de Licenciamento disciplinar, para cada caso, os elementos comprobatórios necessários à análise de pedidos de Consulta Prévia, Licença de Construção, Renovação da Licença de Construção, Licença de Reforma e Ampliação, Regularização de Obras, Habite-se e Licença de Demolição,

RESOLVE:

Art. 1º – Padronizar os procedimentos correlatos à formalização e tramitação dos processos cujo pleito versar sobre o Licenciamento de Obras.

Art. 2º – Adotar formulário específico de Requerimento Consulta Prévia, Licença de Construção, Renovação de Licença de Construção, Licença de Reforma e Ampliação, Licença de Regularização de Obra, Licença de Demolição, Habite-se, Pedido de 2ª Via de Licença, Certificado de Entrega de Licenças e Carimbo Padrão/Semfaz.

DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

Art. 3º O processo será formalizado no Setor de Protocolo da Divisão de Atendimento – DAC / da Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho – SEMFAZ, com os documentos necessários constantes desta instrução.

§ 1º - Poderá ser utilizado processo único na regularização de obra, abrangendo desde pedido de Consulta Prévia (facultativo), até a expedição do Habite-se ou Demolição.

§ 2º - Sendo utilizado processo único para vários procedimentos de regularização de obra, a cada requerimento deverá ser juntado taxa de abertura de processo devidamente paga.



Parágrafo único - O processo não será protocolizado, quando da formalização dos autos for constatada a falta de qualquer documento exigido nesta Instrução Normativa.

Art. 4º – O formulário do Requerimento deverá ter seus campos devidamente preenchidos, principalmente, constando a opção do pedido e da assinatura do sujeito passivo ou do procurador legalmente constituído.

Art. 5º – A solicitação de licenciamento de obras poderá ser de iniciativa:

I – do proprietário do imóvel ou representante legal.

II – da construtora, mediante apresentação de contrato de prestação de serviço da obra ou ART e autorização do proprietário devidamente assinada.

III – do corretor, munido de autorização do proprietário devidamente assinada.

Art. 6º – Para fazer prova da qualificação do requerente, nos termos da presente Normativa, deverão ser anexadas às cópias dos seguintes documentos:

I – pessoas naturais:

- a) Cédula de identidade;
- b) CPF.

II – pessoas jurídicas:

- a) Atos constitutivos, compostos de contrato ou estatuto sociais e alterações, registrados no órgão competente ou lei de criação quando se tratar de órgão público;
- b) CNPJ;

Art. 7º – O contribuinte poderá ser representado por procurador, mediante instrumento público ou particular (com firma reconhecida) com poderes expressos e específicos.

Parágrafo único - Em todos os casos em que for necessária a assinatura do requerente e esta for substituída pela do seu representante legal, a cópia do instrumento e dos documentos pessoais do procurador deverá constar da relação a ser apresentada no momento da formalização do processo.

Art. 8º – O processo será formalizado com as cópias autenticadas por servidor da Secretaria Municipal de Fazenda, se apresentado os originais.

§1º – As cópias dos documentos devem ser legíveis, sem emendas e/ou rasuras.

§2º – O Requerimento específico de licenciamento de obras deverá ser preenchido e assinado em via original.

Art. 9º – Fica criado o requerimento específico citado no Anexo I com a relação de documentos, cujo formulário compõe o anexo II desta Instrução Normativa.



DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

Art. 10 – Tendo o Protocolo formalizado e instruído com os documentos previstos no anexo I desta instrução, o processo será tramitado a Divisão de Fiscalização Territorial – DIFT, para apreciação da documentação apresentada e posterior vistoria in loco.

§ 1º Se da apreciação for constatado irregularidade, o processo será tramitado a Divisão de Fiscalização de Licenciamento de obras – DFLO, para notificação, acompanhamento e saneamento da irregularidade apontada;

§ 2º No caso em que persistir qualquer irregularidade, vencido o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, para que o contribuinte providencie a sua regularização deverá o respectivo processo, originário do pedido, ser objeto de parecer técnico de indeferimento com determinação de arquivamento no que ensejará concomitantemente na aplicação das penalidades legais que o caso requisitar.

§ 3º No caso de não cumprimento do auto do embargo previsto no Art. 37 da Lei 63/73, após constatação em diligência fiscal pela Divisão de Fiscalização de Licenciamento de Obras, de imediato, deverá ser expedido relatório técnico circunstanciado o qual será remetido à Procuradoria Geral do Município através de ato do Secretário Municipal de Fazenda para ajuizamento de ação judicial.

§ 4º É obrigatório constar o carimbo padronizado (art. 4º. § IV da Lei 63/73), nos projetos que serão analisados, nos moldes do modelo do anexo II desta instrução.

§ 5º Os autos deverão ser instruídos com os documentos exigidos nesta instrução, sob pena de não ser analisado o projeto apresentado.

Art. 11 – Se da apreciação na DIFT não for constatado irregularidades, o processo será tramitado na seguinte ordem de Divisões:

I – Divisão de Análise de Projetos – DIAP, a qual fará vistoria, análise do projeto e instrução processual com emissão de Parecer Técnico;

II - Divisão de Fiscalização Territorial – DIFT, para indicar a (s) taxa (s);

III - Divisão de Lançamento de Receitas – DIRE, para efetuar o lançamento da (s) taxa (s) indicada (s) pela DIFT;

IV - Divisão de Fiscalização Territorial – DIFT, para a emissão da (s) Licença (s), Habite-se e 2ª via de licença e/ou habite-se solicitada, mediante confirmação do recolhimento da (s) taxa (s).

V – Divisão de Fiscalização e Retenção de ISSQN - DIFIS, para conhecimento da obra e apuração do ISSQN devido.



VI – Divisão de Fiscalização de Licenciamento de Obras – DFLO, para acompanhar o prazo de vigência e renovação do Licenciamento.

a) se a obra não for concluída dentro do prazo de 12 (doze meses), será lavrado notificação junto ao contribuinte para renovação da Licença;

b) se a obra estiver concluída dentro do prazo legal, o contribuinte será notificado para providenciar solicitação de “Habite-se” de obra concluída.

Art. 12 – Se da análise na DIAP for constatado irregularidades no projeto, o processo será tramitado a Divisão de Fiscalização de Licenciamento de Obras – DFLO, para notificação, acompanhamento e saneamento da irregularidade apontada.

§1º – Sendo a irregularidade saneada, o processo será devolvido a DIAP, de onde seguirá o tramite previsto nos incisos do Art. 11 desta Instrução Normativa;

§2º – Caso o contribuinte não sane a irregularidade no prazo previsto na legislação vigente, seu pedido será indeferido e instaurada ação fiscal para fins de apuração da referida irregularidade, com a lavratura do auto de embargo e aplicação das penalidades previstas em lei.

Art. 13 – Compete a DIAP analisar e expedir Parecer Técnico, autorizando a expedição do Licenciamento de Obras, Licença de Demolição, Habite-se ou apontando irregularidades.

§ 1º – Concluso o processo, este deverá ser encaminhado à Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR, para procedimentos de atualização do Boletim de Cadastro Imobiliário – BCI.

§ 2º - Após atualização do BCI junto a SEMUR, os autos deverão retornar à DIFT/SEMFAZ para monitoramento da atualização cadastral após certificação deverá ser lavrado termo de arquivamento com envio ao arquivo intermediário da SEMFAZ.

Art. 14 - O cumprimento integral das exigências é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância ensejará procedimento de ação fiscal findo o prazo de 15 dias úteis (art. 13 da Lei 63/73).

Art. 16 - Os procedimentos a serem seguidos durante a tramitação do processo são os constantes do Anexo III desta Instrução Normativa.

Art. 17 – A partir desta data todos os procedimentos relativos à formalização e tramitação de processos para o licenciamento de obras no município de Porto Velho, serão regidos por esta instrução normativa em conformidade com a Lei Complementar nº 330/2009.

Art. 18 - A homologação da Licença de Obras, Habite-se e Licença de Demolição, será feita pelo Chefe da DIFT, Chefe da DIAP e Diretor do Departamento de Licenciamento - DELI.

Art. 19 - Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário.



Porto Velho, 15 de junho de 2009.

WILSON CORREIA DA SILVA
Secretário Municipal de Fazenda



ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS

Anexo à Instrução Normativa nº. 002/2009

I. CONSULTA PRÉVIA (facultativo)

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Projeto arquitetônico completo;
3. Documento de propriedade do imóvel;
4. Taxa de abertura do processo - original;

II. LICENÇA DE CONSTRUÇÃO

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Certidão narrativa do imóvel (providenciar junto à SEMUR) ou Certidão de Inteiro Teor (atualizada);
3. Cópia do Memorial Descritivo da obra com a indicação do uso do imóvel (03 cópias);
4. Projeto arquitetônico e complementar; estrutural em obras de igual ou acima de 02 pavimentos; (03 cópias de cada documento);
5. Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (autenticada pelo CREA);
6. Cópia dos documentos pessoais (sendo pessoa física: cópia do RG e CPF; sendo pessoa jurídica: cópia do Contrato Social e Alterações e CNPJ);
7. Termo de Remembramento (Termo de Fusão), quando as edificações ou construções estiverem sendo executadas em mais de um lote; ou Termo de Desmembramento, quando houve sub-divisão não área - (providenciar junto à SEMUR);
8. Certidão de viabilidade ou licença ambiental – LP, LI e LO (SEMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente), conforme art. 52 e 53 da Lei Complementar nº. 138 de 28/12/2008 e Decreto nº 8.746 de 18/10/2002 no seu Art. 2º (empreendimentos relacionados no anexo I); Exceto as residências uni familiares;



9. Análise e Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Transporte - SEMTRAN (impacto de trânsito), em obras de igual ou acima de 500m² (art. 93 CTB – Lei nº. 9.503 de 23.09.1997);
10. Certificado de aprovação de projetos contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros, em obras iguais e acima de 750m² (Resolução nº. 56 de 26.03.2007) ou igual e superior a 12m de altura (art. 76 Decreto nº. 8987 de 08.02.200), posto de venda de combustíveis e seus derivados, revenda de GPL classificada como classe 4 ou mais, casa de fogos de artifícios, depósitos de explosivos, de munição, arquivos, museus, cartórios, centros telefônicos, central de computação, estação de rádio ou televisão, subestação de distribuição de energia elétrica e similares (Resolução nº. 54 de 01.02.2006), exceto em residências uni familiar;
11. Parecer de Sétimo Comando Aéreo Regional (COMAR VII), conforme a Lei 7565, arts. 43 a 46, detalhados pela portaria 1.141/GM5 de 08.12.1987 do MD, para os empreendimentos compatíveis com as áreas descritas nos arts. 69 e 70 da Portaria e que ultrapassem os gabaritos das áreas referidas no art. 15 da mesma portaria, bem como para os empreendimentos das áreas de implantação descritas no seu capítulo XI. O Parecer do COMAR VII contemplará também a avaliação do Plano de Zoneamento de Ruído para o Aeroporto de Porto Velho, previsto no anexo LXXVIII da Portaria 629/GM5 de 02.05.1984;
12. Laudo Técnico de estudo e pesquisa de solo com sondagem geotécnica, em obras igual e acima de 4 pavimentos ou igual e acima de 12m de altura sem delimitação de área (Arts. 49, 65 e 67 Lei 063 de 13.04.1973);
13. Autorização do DNIT para acesso do lote por meio da faixa de domínio em rodovias federais - quando o empreendimento estiver localizado ao longo de rodovias federais (Lei 6.766 de 19.12.1979 – DNIT, publicação IPR 712 Manual para ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lineiras das rodovias federais);
14. Taxa de expediente de abertura de processo devidamente paga - original;
15. Cópia do Contrato de prestação de serviço da obra nos casos de pessoa jurídica, se executado para terceiros; sendo facultativo às pessoas físicas;
16. Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel, art. 265 LC 199/2004 (atualizada); exceto em zona rural;



III. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel, art. 265 LC 199/2004 (atualizada); exceto em zona rural;
3. Cópia da Licença de construção;
4. Cópias do projeto arquitetônico (aprovado), na ausência do processo original;
5. Taxa de expediente de abertura de processo devidamente paga - original;

VI. LICENÇA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Certidão narrativa do imóvel (providenciar junto à SEMUR) ou Certidão de Inteiro Teor (atualizada);
3. Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel, art. 265 LC 199/2004 (atualizada); exceto em zona rural;
4. Cópia da Licença de Construção ou Habite-se;
5. Projeto arquitetônico; e complementares nos casos de ampliação;
6. Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (autenticada pelo CREA);
7. Cópia do Memorial Descritivo da obra com a indicação do uso do imóvel (03 cópias);
8. Laudo técnico da edificação;
9. Taxa de abertura do processo – original e devidamente paga;
10. Análise e Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Transporte - SEMTRAN (impacto de trânsito), em obras de igual ou acima de 500m² (art. 93 CTB – Lei nº. 9.503 de 23.09.1997);
11. Certificado de aprovação de projetos contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros, em obras iguais e acima de 750m² (Resolução nº. 56 de 26.03.2007) ou igual e superior a 12m de altura (art. 76 Decreto nº. 8987 de 08.02.200), posto de venda de combustíveis e seus derivados, revenda de GPL classificada como classe 4 ou mais, casa de fogos de artifícios, depósitos de explosivos, de munição, arquivos, museus, cartórios, centros telefônicos, central de computação, estação de rádio ou televisão, subestação de distribuição de energia elétrica e similares (Resolução nº. 54 de 01.02.2006), exceto em residências uni familiar;



12. Parecer de Sétimo Comando Aéreo Regional (COMAR VII), conforme a Lei 7565, arts. 43 a 46, detalhados pela portaria 1.141/GM5 de 08.12.1987 do MD, para os empreendimentos compatíveis com as áreas descritas nos arts. 69 e 70 da Portaria e que ultrapassem os gabaritos das áreas referidas no art. 15 da mesma portaria, bem como para os empreendimentos das áreas de implantação descritas no seu capítulo XI. O Parecer do COMAR VII contemplará também a avaliação do Plano de Zoneamento de Ruído para o Aeroporto de Porto Velho, previsto no anexo LXXVIII da Portaria 629/GM5 de 02.05.1984;
13. Cópia do Contrato de prestação de serviço da obra nos casos de pessoa jurídica, se executado para terceiros; sendo facultativo às pessoas físicas;

V. LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OBRAS

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Certidão narrativa do imóvel (providenciar junto à SEMUR) ou Certidão de Inteiro Teor (atualizada);
3. Laudo técnico da edificação (03 cópias);
4. Projeto arquitetônico (03 cópias);
5. Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (autenticada pelo CREA);
6. Certificado de aprovação de projetos contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros (atualizada), em obras de igual ou acima de 750m² (Resolução nº. 56 de 26.03.2007) ou igual e superior a 12m (art. 76 Decreto nº. 8987 de 08.02.200), posto de venda de combustíveis e seus derivados, revenda de GPL classificada como classe 4 ou mais, casa de fogos de artifícios, depósitos de explosivos, de munição, arquivos, museus, cartórios, centros telefônicos, central de computação, estação de rádio ou televisão, subestação de distribuição de energia elétrica e similares (Resolução nº. 54 de 01.02.2006), exceto em residências uni familiar;
7. Análise e Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Transporte - SEMTRAN (impacto de trânsito), em obras de igual ou acima de 500m² (art. 93 CTB – Lei nº. 9.503 de 23.09.1997);
8. Certidão de viabilidade ou licença ambiental – LP, LI e LO (SEMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente), conforme art. 52 e 53 da Lei Complementar nº. 138 de



- 28/12/2008 e Decreto nº 8.746 de 18/10/2002 no seu Art. 2º (empreendimentos relacionados no anexo I); exceto em residências unifamiliar;
9. Cópia dos documentos pessoais (sendo pessoa física: cópia do RG e CPF; sendo pessoa jurídica: cópia do Contrato Social e Alterações e CNPJ);
 10. Termo de Remembramento (Termo de Fusão), quando as edificações ou construções estiverem sendo executadas em mais de um lote; ou Termo de Desmembramento, quando houve sub-divisão não área - (providenciar junto à SEMUR);
 11. Taxa de abertura do processo – original e devidamente paga.
 12. Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel, art. 265 LC 199/2004 (atualizada); exceto em zona rural;
 13. Cópia do Contrato de prestação de serviço da obra nos casos de pessoa jurídica, se executado para terceiros; sendo facultativo às pessoas físicas;

VI. HABITE-SE

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel, art. 265 LC 199/2004 (atualizada); exceto em zona rural;
3. Cópia da Licença de Construção, nos casos de ausência do processo original;
4. Certificado de aprovação final do Corpo de Bombeiros (relacionando aos projetos de segurança e proteção contra incêndio e pânico), em obras de igual ou acima de 750m² (Resolução nº. 56 de 26.03.2007) ou igual e superior a 12m (art. 76 Decreto nº. 8987 de 08.02.200), posto de venda de combustíveis e seus derivados, revenda de GPL classificada como classe 4 ou mais, casa de fogos de artifícios, depósitos de explosivos, de munição, arquivos, museus, cartórios, centros telefônicos, central de computação, estação de rádio ou televisão, subestação de distribuição de energia elétrica e similares (Resolução nº. 54 de 01.02.2006), exceto em residências unifamiliar;
5. Termo de Recebimento Definitivo (TRD) emitido pela Secretaria Municipal de Transporte - SEMTRAN (impacto de trânsito), em obras de igual ou acima de 500m² (art. 93 CTB – Lei nº. 9.503 de 23.09.1997);
6. Certidão de viabilidade ou licença ambiental – LP, LI e LO (SEMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente), conforme art. 52 e 53 da Lei Complementar nº. 138



de 28/12/2008 e Decreto nº 8.746 de 18/10/2002 no seu Art. 2º (empreendimentos relacionados no anexo I); Exceto para residências unifamiliar;

7. Taxa de abertura do processo – original e devidamente paga.
8. Cópia do Contrato de prestação de serviço da obra nos casos de pessoa jurídica, se executado para terceiros, salvo se apresentado no processo de licenciamento de obras; sendo facultativo às pessoas físicas;

VII. LICENÇA DE DEMOLIÇÃO

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Certidão narrativa do imóvel (providenciar junto à SEMUR) ou Certidão de Inteiro Teor (atualizada);
3. Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel, art. 265 LC 199/2004 (atualizada); exceto em zona rural;
4. Croqui de localização e situação, observando a metragem quadrada a ser demolida;
5. Certificado de aprovação de projetos contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros;
6. Relatório de Impacto sobre o tráfego urbano no local da demolição relacionado ao horário e com as devidas identificações de Ruas e/ou Avenidas (grandes demolições);
7. Cópia dos documentos pessoais (sendo pessoa física: cópia do RG e CPF; sendo pessoa jurídica: cópia do Contrato Social e Alterações e CNPJ);
8. Taxa de abertura do processo – original e devidamente paga.
9. Cópia de Plano de Fogo da demolição registrada no CREA com acompanhamento da ART autenticada.
10. Cópia do documento do responsável técnico pela demolição (Carteira profissional ou de Blaster);
11. Laudo Técnico do responsável técnico pela demolição;

OBS.: Na construção ou imóvel a ser demolida deverá ser utilizado tapume, telamento ou proteção necessária.



ANEXO II

REQUERIMENTOS

Anexo à Instrução Normativa nº. 002/2009

- I. MODELO DO REQUERIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA;**
- II. MODELO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO;**
- III. MODELO DO REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO;**
- IV. MODELO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO;**
- V. MODELO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OBRA;**
- VI. MODELO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA DE DEMOLIÇÃO;**
- VII. MODELO DO REQUERIMENTO DE HABITE-SE;**
- VIII. MODELO DO REQUERIMENTO DO PEDIDO DE 2ª VIA DE LICENÇA;**
- IX. MODELO DO REQUERIMENTO DO PEDIDO DE 2ª VIA DE HABITE-SE;**
- X. MODELO DO REQUERIMENTO DO PEDIDO DE 2ª VIA DE LICENÇA DEMOLIÇÃO.**

FORMULÁRIOS

- XI. MODELO DE LICENÇA DE OBRAS (Construção, Renovação de Construção, Reforma e Ampliação);**
- XII. MODELO FORMULÁRIO DO HABITE-SE;**
- XIII. MODELO DO FORMULÁRIO DE LICENÇA DE DEMOLIÇÃO;**
- XIV. CARIMBO PADRÃO/SEMFAZ;**
- XV. CERTIFICADO DE ENTREGA DE LICENÇA.**



ANEXO III

FLUXOGRAMA

Anexo à Instrução Normativa nº. 002/2009

I. LICENCIAMENTO DE OBRAS – SEM IRREGULARIDADES

II. LICENCIAMENTO DE OBRAS – COM IRREGULARIDADES